Paragrafo 6

Para nós, quando falamos do direito a autodeterminação fazemos já uma concessão, porque para nós a única solução para todos os territórios de que trata este parágrafo é a independência, sendo a autodeterminação o meio constitucional para Portugal de chegar a essa solução. Em consequência, a expressão "com todas as suas possíveis consequências" só pode ser aceite na medida em que se trata de uma cláusula de estilo. Mas se consideram que a autodeterminação pode ter consequência diferente da independência estamos ainda muito longe uns dos outros. Particularmente no que respeita a Guiné-Bissau a inclusão da expressão "com todas as possíveis consequências" não é um passo em frente mas sim um grande passo a retaguarda.

Paragrafo 7

Tudo está nebuloso. Introduce-se a noção de que a Guiné-Bissau é um caso especial e faz-se dizer isso a delegação do P.A.I.G.C. Ora, o P.A.I.G.C. não tem de comparar, num texto como este, este caso com o dos outros. Se os portugueses querem considerar a Guiné-Bissau como caso especial não devem fazê-lo aqui, mas numa declaração solene, em Lisboa ou noutro lugar. Mas nós não podemos fazê-lo.

Ainda no mesmo parágrafo :

Quando falam do reconhecimento da R.G.-B., nos termos em que o fazem, tudo o que podemos reter da ~~essa~~ ^{vossa} formulação e que tiveram em conta a declaração que fizemos para explicar a situação interna e internacional da G.-B.. Mas não parece terem tirado todas as consequências da informação que lhes demos, em particular não parece terem compreendido que o conflito que se trata de resolver é um conflito que tem ~~as suas características~~ as suas características, que se encontra no termo de um desenvolvimento histórico que limita as opções que são oferecidas as duas partes. ~~Essas~~

Tem-se a impressão de que os interlocutores continuam a falar como observadores, que não se dão conta de que estão no poder em Portugal, como se se tratasse de jornalistas ou professores. Ora, trata-se de responsáveis portugueses e de responsáveis

mas falamos
com fronte

podiam fazê-lo
à frente

Problemas
Concretos

do P.A.I.G.C., que não estão a discutir da descolonização como problema filosófico, mas sim como problema que se põe a eles na G.-B. e nas Ilhas de Cabo Verde, no outro lado, e que se põe no estado em que esses territórios se encontram em 1974. Por isso, quando falamos da resolução do problema e dizemos que a aplicação do direito a autodeterminação implica o reconhecimento da R.G.-B., é preciso que compreendam que não se trata de uma atitude extremista, de falta de compreensão, mas sim da atitude imposta pelo facto de as opções terem terminado. Isto é, não e que haja varias alternativas e que tenhamos escolhido a mais difícil para vós. E que infelizmente os senhores chegaram tarde ao poder, quando a porta já estava fechada as outras soluções. Ha uma situação irreversível que se criou e mesmo com a maior boa-vontade não se encontra outra solução.

Crisis

Trata-se agora de saber se a delegação portuguesa ao apresentar as novas emendas compreende as ~~dificuldades~~ realidades e se a dificuldade é ^{apenas} de ordem tática (para atravessar uma fase) ou psicológica. Se tal é o caso, que a delegação portuguesa nos diga, fora do texto, que ^{vamos} chegar ao reconhecimento da R.G.-B., a retirada das tropas portuguesas, a um acordo que estabeleça relações novas, assim como deve dizer-nos que vamos pôr em execução o princípio do direito à autodeterminação "com todas as suas consequências", ^{em Cabo Verde} de acordo com as decisões pertinentes da ONU e com os princípios e objectivos do P.A.I.G.C., em colaboração com o P.A.I.G.C. . Se a delegação portuguesa está em condições de nos dizer isso, deixemos de lado o problema da redacção do preâmbulo e a delegação do P.A.I.G.C. está em condições ~~de~~ de ter plenamente em conta as preocupações e dificuldades da delegação portuguesa. Passariamos então imediatamente ao estudo do processo que permitiria atingir os objectivos sobre os quais estaremos de acordo.

Pontos:

1.
2.

Assim
topo

Qual é esse processo ?

- Cessar-fogo

- Reagrupamento das tropas portuguesas num numero limitado de campos com passacao efectiva do controle do territorio, progressivamente
- Reducao progressiva da presença militar portuguesa, com um calendario ~~XXXXXXXXXX~~
- Discussao sobre a forma da applicacao efectiva do principio da autodeterminacao nas Ilhas de Cabo Verde
- Discussao sobre as relacoes novas a estabelecer entre os dois estados. E é a este propósito que se põe o problema do reconhecimento e da descolonisacao dos outros territorios.

Sobre a questao das novas relacoes podemos dizer desde já um certo numero de coisas. Se Portugal quiser, estamos dispostos a estabelecer relações amistosas; se Portugal quiser podemos em particular encarar os meios de uma cooperacao mutuamente benefica no dominio da economia e no dominio cultural. Nós aceitamos que, depois de uma presença de seculos nas nossas terras, Portugal tem interesses legitimos a defender e a delegacao portuguesa vera, quando chegar o momento, que nos nos mostraremos abertos e responsaveis.

1. OUA

2.

Como re? a amnistia por vltimas etapas

Declaração a quem

GILCARRS

~~XXXXXXXXXX~~

Voltam comultar à Direcção Superior do PPAAC a Conselho de Comissários

io

Saiz Sibando
Teres